



O delicado instante de nossa política¹

O país se surpreendeu com o nível dos discursos e debates acerca do processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff ao longo do mês de abril, principalmente, na Câmara dos Deputados. Depois de a acusação e a defesa se pronunciarem em termos pouco técnicos juridicamente e bastante politizados se seguiu um festival de discursos e posicionamentos bastante frágeis, em boa parte dos casos. Foram quase 40 horas de pronunciamentos em plenário até que a votação fosse levada adiante no dia 17 de abril em pouco mais de seis horas. O processo foi acatado pela Câmara e enviado ao Senado com uma votação expressiva: 367 parlamentares favoráveis – 7% a mais que o necessário e o equivalente a 71,5% dos deputados federais.

No dia seguinte, a despeito das posições dos cidadãos em geral, o que se viu foi ar de frustração com o nível das declarações que ao invés de estarem concentradas em aspectos técnicos

apelavam para discursos frágeis. Homagens às famílias foram comuns, lembrando parte do que o país assistiu em 1992, quando não estava tão dividido em relação à saída do então presidente Fernando Collor e aberrações pessoais parecem ter passado de forma menos apercibida. Diante de tal constatação, logo o sistema eleitoral proporcional foi lembrado como o responsável pelo festival de posições. Será mesmo?

Logo após o domingo, em texto publicado no portal do jornal O Estado de S. Paulo, apresentamos uma conta rápida no blog Legis-Ativo. Em números arredondados foi possível notar que 142 milhões de brasileiros estavam aptos a votar nas eleições de 2014. Desses, 115 milhões foram às urnas no primeiro turno, ou seja, comparecimento dentro do esperado, na casa de 81%. Para o cargo de deputado federal, houve 97,3 milhões de votos válidos, isto é, em candidatos ou em legendas. Quem vota na legenda está, a despeito das coligações estabelecidas, confiando no partido e na ordem que os outros eleitores estabeleceram para a representação nominal efetiva.

Diante de tais resultados, constatou-se um primeiro problema. Em relação a 2010, o eleitorado de 2014 era 5% maior e o comparecimento ao primeiro turno 4,5% maior, mas o total de votos válidos para deputado federal foi 1,5% menor. Cresceu, assim, de forma expressiva, o total de votos brancos e nulos para deputado federal, e por mais que se trate de um direito, esse eleitor mais afastado, ou que parece protestar, é conduzido pelas decisões da Câmara dos Deputados.

Com base nos votos válidos para a Câmara Federal, e excluídos oito milhões de votos de legenda, nominalmente chegamos, em 2014, a 89 milhões de votos. Considerados exclusivamente os 513 deputados eleitos, e ignorando o fato de que suplentes ob-

BRASIL**EM FOCO**

ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

viamente menos votados ocupam o posto de políticos que se aventuram em outros ambientes, sobretudo no Poder Executivo, atingiremos 58 milhões de votos nominais ocupando formalmente assentos na Câmara. Isso representa que 72% do total de brasileiros que nominalmente se posicionou está representado.

A conta que se costuma fazer parece desprezar que brasileiros que não vão às urnas - ou votaram em branco ou nulo - optaram por este comportamento. Isso porque se costuma dividir 58 milhões de votos nominais representados por 142 milhões de eleitores, afirmando-se que, nominalmente, somente e aproximadamente 40% do eleitorado brasileiro estaria representado.

A despeito dessa primeira discussão, mais uma questão é relevante: existe problema de um parlamento representar parcelas da sociedade, e não ela como um todo? Não. São as regras. E não adianta apenas sonhar com reformas políticas, pois todos os sistemas excluem nominalmente parte dos desejos dos eleitores. O que é necessário entender é que por mais que se possa crer que eleitores votam em pessoas, o complexo sistema proporcional de lista aberta é coletivo. Isso explica, inclusive, porque raros são os deputados que carregariam (e carregam) sozinhos os desejos singulares de seus eleitores em tê-los na Câmara ou nas organizações compostas por esse modelo eleitoral – pouco menos de 40 dos 513 parlamentares federais da Câmara ultrapassaram sozinhos o quociente eleitoral em seus respectivos estados. O jogo, assim, é coletivo, é plural. Mas até mesmo a justiça eleitoral e suas interpretações sobre fidelidade partidária e o casuismo de janelas de mudanças aprovadas no parlamento nacional empurram o sujeito comum pra longe dessa compreensão.

Feita essa reflexão inicial sobre a votação do impeachment na Câmara dos Deputados, e apresentados argumentos que buscam minimizar parte das críticas ao sistema eleitoral proporcional vigente no Brasil, parece importante uma reflexão sobre a atual crise política do país. Parcelas do país se dividem hoje em considerar ou não que todo o procedimento em torno do afastamento da presidente é ou não um golpe. Inicialmente, parece relevante considerar que vivemos sob a realidade de um governo que ignorou todos os sinais políticos.

Os reclames acerca de um golpe, as dificuldades de entendimento da imprensa internacional sobre o exagerado número de corruptos no Congresso Nacional, nada parece capaz de mostrar entendimento pleno sobre a inabilidade política do atual governo. Parlamentos questionáveis sempre sustentaram governos no Brasil como um todo, ou seja, sempre foram cúmplices e enterraram pedidos de impeachment contra todos os presidentes desde o defenestrado Collor – o mesmo se aplicando a governadores e prefeitos. Assim: se afastar assombra muitos, manter políticos no poder exige atenção igualmente relevante sobre os preços para tais acordos. Isso serve, em grau ainda mais preocupante, para governos formados a partir de um processo de impeachment. Qual o preço para a chegada de Temer ao poder, a despeito de teses associadas à palavra golpe?

Feita de outra forma, fica a pergunta: Que tipo de jogo é esse? O problema, atacado sob tal prisma é infinitamente mais complexo, mais preocupante e merecedor de atenção. Nesse sentido, o que parcelas da sociedade claramente convencionam chamar de golpe, seguiu um processo cuidadoso e repleto de consultas à justiça, e nesse sentido nada mais seria é do que o resultado de inabilidade política e falta de tato no

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

lidar com um Legislativo absolutamente questionável em décadas recentes.

O resfriado, assim, virou pneumonia. A faísca das pedaladas se tornou incêndio, e o país arde sob a febre, ou sob as labaredas, de uma profunda crise política. Tal cenário parece mais evidente quando se sugere que um grupo de oito parlamentares habilitados são os engenheiros do impeachment. Que governo dotado de uma maioria minimamente confortável, de um efetivo controle sobre os partidos de sua base, e habilidade aos padrões de FHC e Lula, sucumbiria diante de uma movimentação dessa natureza? Detalhe: Dilma não passará para a história como alguém que denunciou e combateu o perfil fisiológico e corrupto do parlamento, ela "apenas" fechou as portas para o diálogo e se cercou da mais perigosa soberba do regime presidencialista: o falso sentimento, fortemente reconhecido pela academia, que as urnas respondem, exclusivamente, pelo fator legitimador de um governo. Legalmente isso pode fazer todo o sentido, mas politicamente não é assim que funciona. Críticos do presidencialismo atacam esse sistema justamente nas sensações que criam nos eleitos, o que no Brasil devem ser somadas à força do Poder Legislativo e, especialmente no caso de Dilma, ao resultado de pesquisas de opinião pública divulgadas entre 2011 e início de 2013 que lhes davam altíssimos índices de popularidade.

Assim, além dos perigos dos sentimentos presidenciais, a força do Legislativo, sobretudo no desenho institucional brasileiro, deu o ar da graça. Pela segunda vez que a Câmara recepcionou um processo de impedimento nos últimos 25 anos, o plenário acatou a decisão e a enviou ao Senado. Somado ao ambiente jurídico, à pauta da mídia e ao cenário social adverso, tudo indica que Dil-

ma não resistirá ao término de todo o processo.

A crise, nesse sentido, seria o resultado do que análises das mais diversas têm chamado atenção faz meses. Trata-se de um conjunto de problemas que podem ser comparados a um jogo de sete erros. Nesse caso, diante do tamanho do trauma causado por um impeachment, de um acidente histórico de proporções imensas, devemos considerar que tais fenômenos nunca ocorrem apenas pautados em um único problema. Quando assistimos a acidentes aéreos envolvendo aeronaves de grandes proporções, é comum especialistas tratarem de dizer que uma combinação de ocorrências derrubou o avião. Parece ser esse o principal desafio para entendermos como a crise chegou ao processo de impedimento de Dilma.

1 - Era necessário melhorar a articulação política com o Congresso e os partidos da base aliada. Isso ocorreu com Jacques Wagner em substituição a Mercadante, mas não evitou o acolhimento do pedido de impeachment por um Cunha nitidamente ávido por escapar de um processo contra seu próprio mandato. Lembremos que o atual e questionável presidente da Câmara chegou ao posto numa manobra governamental que colocou o PT, com o deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), em lado oposto ao de um articulado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que somou 267 votos e venceu o pleito em primeiro turno. De uma ala conservadora da Câmara e aliado a tantos outros segmentos que transcendiam de forma significativa o campo do PMDB, Cunha derrotou o governo e ocupou posição estratégica à lógica da governabilidade. Adiante, quando o presidente se viu envolto em acusações no Conselho de Ética procurou o PT para costurar acordo que o livrasse de processos em troca da não admissibilidade de um pedido de impeachment. Tarde demais, pois a

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

fragilidade de tal acerto não o permitiu ficar de pé.

Diante do caráter agudo dos problemas de articulação política, a chegada de Lula, com semblante tardio e casuísta, dizimou o cenário de diálogo. O ex-presidente teve a sua disposição duas janelas bastante esperadas para assumir um papel protagonista: a própria eleição de 2014, quando setores do PT aguardaram sem sucesso que Dilma abrisse mão da reeleição, e o período imediatamente após a recondução da presidente. Naquele instante, já em novembro do ano eleitoral, era "ideal" dizer que o cenário socioeconômico era muito mais complexo que o percebido durante a campanha, e por isso Lula seria necessário. A política vive desse tipo de simbologia, mas o atual governo não compreendeu esse universo.

2 - O segundo dos sete erros estava associado ao tempo posterior ao acolhimento do pedido de impeachment. Equivocadamente alguns agentes da base entenderam que o governo precisava de tempo para negociar a extinção do processo. Questionamentos ao STF foram apresentados e entre 02 de dezembro, quando Cunha aceitou o pedido protocolado por advogados paulistas, e 16 de março, quando o STF definiu o rito, o governo viu sua base se esfacelar. Esses mais de 100 dias foram absolutamente essenciais ao fortalecimento da ideia de um novo governo, com claras e questionáveis negociações por parte do PMDB e de uma série de legendas puramente governistas.

3 - O terceiro ponto trata do atípico ativismo da justiça. Esse é, hoje, o mais essencial fator de incertezas para nosso quadro político. Isso não representa uma crítica a uma série de procedimentos de combate à corrupção, mas sim que aqui está o maior ponto de interrogação sobre a realidade política do país. O cenário não se restringe

à Operação Lava Jato e a todas as questões associadas à sua continuidade e à verdadeira capacidade de julgar e condenar todos os políticos envolvidos – o que dizimaria a linha sucessória presidencial e parte expressiva dos principais partidos brasileiros. Mas também à participação do STF numa série de decisões e ao papel do TSE. Esse último se notabiliza, de acordo com estudos na área do Direito e da Ciência Política por duas características instigantes: morosidade e instabilidade. Assim, sobre os processos que tramitam acerca da cassação da chapa Dilma-Temer pesam questionamentos absolutos. Se o problema central de uma possível condenação for a fonte de financiamento, então, diante de parte expressiva das decisões recentes, ambos seriam afastados. Mas a carga política é tão assombrosa que o PMDB aposta que uma melhora no cenário econômico do país sob um governo Temer poderia criar constrangimento no STF para o afastamento do novo mandatário. Ademais, na lista de futuros ministros, estrategicamente, apareceram figuras como Nelson Jobim e Ayres Brito, ex-ministros do STF. No TSE já se fala na possibilidade de separação da chapa, sendo estranho compreender como Temer pode ficar com os votos de Dilma (e da chapa, naturalmente) e não ser cassado, caso a contenda prospere, se a acusação é de que o abuso do poder econômico lhes deu adesões suficientes para a vitória.

Para além disso, e ainda nesse terceiro ponto, importante salientar e observar com bastante atenção o que será das ações de investigação de corrupção se o governo mudar de partido. A Lava Jato punirá com o mesmo rigor e acusará com a mesma intensidade todos os envolvidos?

4 - O quarto ponto está associado à saída do PMDB do governo. Diversas análises sempre insistiram neste como o

BRASIL**EM FOCO**

ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

principal termômetro do impeachment. Formalmente ele começou a ser desenhado no dia 12 de março – naquela semana iniciada com a convenção nacional da legenda e findada no dia 19 com a divulgação da pesquisa de opinião que mostrava o desgaste severo da presidente. Aqueles sete dias são os mais simbólicos da história política recente do país. O afastamento do principal partido da base se consolidou antes do prazo de um mês definido no encontro de 12 de março, e levou parte expressiva da legenda para a oposição. Na votação do impeachment na Câmara 59 dos 67 deputados da legenda foram favoráveis ao que poderá se converter num governo do próprio partido.

Importante salientar que seria possível governar sem o PMDB, se obviamente o governo fosse extremamente hábil para dividir o espaço ocupado pela legenda entre as outras agremiações da base. O problema é que não se chegou a este ponto sem a demonstração de uma inabilidade aguda. Ou seja: não parece possível esperar um gesto mágico de quem se notabilizou por não praticar sequer o básico.

Alguns números mostram o peso relativamente frágil, em termos puramente matemáticos, do PMDB. A Câmara eleita em 2014 é a mais pulverizada de nossa história recente. Das urnas 28 legendas saíram representadas e 13 consideradas como partidos com peso. Em 1994 e 1998 os quatro maiores partidos somaram nas eleições e a despeito da infidelidade partidária, respectivamente, 60% e 68% das cadeiras e eram grupos do governo (PSDB e PFL) ou governistas (PMDB e PP). Em 2014 esse percentual caiu para 44%, sendo que entre eles estava uma legenda de oposição, o PSDB. Se por um lado isso dificulta a formação de maiorias, por outro minimiza o peso de parceiros.

5 - O quinto ponto está absolutamente relacionado ao quarto e às dificuldades encontradas pelo PT para se manter no poder. A saída do PMDB poderia se converter num movimento maior, que arrastasse para longe de Dilma outros partidos essenciais. E foi isso o que ocorreu. Até o PSD, criado sob estratégias da própria Dilma e do PT para dizimar o DEM, abandonou o barco. Aqui se torna absolutamente possível notar o semblante que mais incomodou aqueles que promoveram críticas ao modo como se estabelecem as relações entre Executivo e Legislativo no país: os fatos ocorreram sob o guarda-chuva nítido das mais questionáveis trocas e negociações.

Ao longo do tempo em que se calculou a posição dos deputados federais sobre o impeachment uma centena de parlamentares estaria com o governo por convicção mais ideológica, e uma centena estaria na oposição mais favorável ao afastamento. O processo, no entanto, seria instalado, ou não, com base em pouco menos de 300 deputados que nitidamente negociariam, individual ou partidariamente, suas posições. Foi o que ocorreu. Para além do PMDB, assistimos ao PP, ao PR, ao PSD e ao PTB e seus 142 votos apresentando os seguintes percentuais favoráveis ao afastamento da presidente: PP (84,4%), PSD (78,4%), PTB (70%) e PR (65%) – além do PMDB com 88,1%. Para além dos demais partidos e suas respectivas relevâncias, o núcleo do desgaste governamental esteve presente nesse quinteto. A questão é deixar claro que o posicionamento de tais legendas em nada combina com aspectos de resgate da dignidade do país e coisas dessa natureza. PT e PMDB, nos bastidores, negociaram o que existe de mais questionável com parte significativa desses parlamentares em torno de Dilma ou Temer.

BRASIL**EM FOCO**

ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

6 - O sexto ponto estava associado às pautas dos mais significativos organismos de imprensa em termos de audiência. E nada mudou no que diz respeito às críticas ao governo. Isso não representa dizer que aceitamos de forma inquestionável a tese de uma imprensa golpista. Esse debate, encabeçado principalmente pelo presidente do PT, Rui Falcão, merece aprimoramentos infinitamente mais sofisticados para que se separe claramente o instante vivido e um fenômeno a ser enfrentado. Mas a questão é que uma agenda positiva do governo não se impôs à realidade, e a opinião pública se manteve impactada, com forte reflexo sobre as pesquisas que mostraram, ao longo dos últimos meses, desde o início de 2015, adesões superiores a 60% dos brasileiros às avaliações ruim/péssimo do governo. Mais recentemente, atingiram patamares elevados, também, a adesão da sociedade ao impeachment. Aqui merece atenção o fato de que também existe uma minoria, em volume considerável e nada desprezível, que defende a permanência da presidente no poder. Isso divide a sociedade e indica que Temer não governará com facilidade.

Assim, uma possível saída de Dilma está relacionada à ideia de que Temer e Cunha também não são corroborados por boa parte da sociedade ouvida. Isso torna o cenário infinitamente mais complexo, sobretudo se comparado ao que assistimos com Collor em 1992. O ex-presidente caiu sozinho, o PT tem muita força.

7 - Por fim, o sétimo problema. A economia precisava dar claros sinais de melhoras, e definitivamente o complexo cenário não permite qualquer sentimento nesse sentido. A situação tornou-se insustentável. O principal ponto, em termos políticos, será perceber o que Michel Temer será capaz de fazer quando ocupar temporariamente, e possivelmente de forma definitiva, o

poder. Esse é o desafio maior. E para tanto teremos que compreender a realidade sob alguns pontos.

O primeiro: uma característica instigante chama a atenção no processo de impeachment. Metade dos senadores favoráveis ao afastamento, em votação que ocorrerá em poucos dias, permite que Temer assuma o poder temporariamente, e já existe quórum na declaração expressa de senadores para isso. A questão é que após um prazo máximo de seis meses para a defesa, Dilma só precisa de um terço desse mesmo Senado para voltar ao poder. Levantamentos atuais mostram que ela está próxima disso (20 senadores) e ao mesmo tempo distante – a oposição tem 50 votos favoráveis ao afastamento. O desafio para o atual governo é que se Temer for preciso em seus gestos e apoiado pelos agentes que impactam de forma mais clara a economia parte dos 20 podem mudar de posição. Mas a questão aqui é extremamente delicada: um mau governo Temer poderia ressuscitar Dilma Rousseff? Aos olhos de todo um país é improvável, mas um terço do Senado lhe é suficiente, por mais difícil que possa ser conseguir-lo.

Ademais, pesam contra o provável futuro mandatário alguns pontos elementares do universo da política. O PMDB é um partido expressivamente descentralizado e regionalizado, e a eleição municipal lhe é extremamente cara. Temer conseguirá apresentar uma agenda econômica urgente e pesada para o país no curto prazo, incluindo nela o ônus imediato da redução do tamanho da máquina pública, da elevação de impostos, de alterações previdenciárias antes de outubro? Esse desafio é expressivamente complexo, e já na quarta-feira posterior à votação na Câmara partidos que lhe deram apoio começavam a dar sinais de que cobriam a fatura. Ademais, a instabilidade jurídica

BRASIL**EM FOCO**

ABRIL 2016

www.kas.de/brasil

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

das eleições 2016, sobretudo marcada pela ausência de financiamento empresarial, seria algo a ser destacado. O peso das máquinas públicas será imenso. Como o futuro governo lidará com isso?

Outro ponto essencial: como os partidos se posicionarão diante do futuro governante? É fato que uma vez que Dilma seja impedida, alguns movimentos sociais promoverão manifestações corroboradas por um PT extremamente ressentido e acidamente oposicionista. Dilma, inclusive, saindo do poder autorizou uma série de ações governamentais que beneficiam movimentos sociais de esquerda e que estavam paralisadas fazia anos. Aqui não se trata de calcular a legitimidade aos olhos da opinião pública em geral, mas de perceber que o PT e seus parceiros adensarão ações ideologicamente associadas a uma agenda ideológica clara. O principal desafio, nesse caso, será compreender que uma possível, apesar de improvável volta do PT ao poder em 2018, poderia levar ao Planalto um partido com uma agenda efetivamente esquerdista com dificuldades severas para governar. O mesmo poderia ocorrer caso Dilma fosse reconduzida após sua defesa. Temer terá que ser cirúrgico em seu governo, andando sobre uma linha muito tênue entre movimentos diversos que parecem lhe ofertar apoio – tal habilidade é complexa. O problema é que muitos dos parlamentares que votaram contra Dilma declararam ser também contra Temer e Cunha. A posição é real ou apenas uma forma de cobrar o novo governo?

Por fim, para terminar a compreensão sobre os desafios, insistamos no papel da justiça. Como já dito aqui, trata-se do maior de todos os pontos de interrogação. O TSE dá sinais de que pode não cassar toda a chapa, mas seu histórico sugere isso. Os processos na corte são morosos, e a questão é lembrar

que ao contrário do que afirma a Constituição, e de acordo com reformas e com as leis de 1950, eleições diretas serão realizadas até seis meses antes do fim do atual mandato caso presidente e vice sejam defenestrados. A instabilidade jurídica aqui é absoluta, e consultas certamente entregarão o caso ao STF. Este último agente tem orientado muito do que temos visto.